

# Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas



**Denise Pereira  
Maristela Carneiro  
(Organizadoras)**

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

# Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas



**Denise Pereira  
Maristela Carneiro  
(Organizadoras)**

**Atena**  
Editora  
Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



## Da teoria à prática em pesquisas nas ciências sociais aplicadas

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** Kimberly Elisandra Gonçalves Carneiro  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadoras:** Denise Pereira  
Maristela Carneiro

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T314 Da teoria à prática em pesquisas nas ciências sociais aplicadas / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-944-8

DOI 10.22533/at.ed.448210104

1. Ciências sociais. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Carneiro, Maristela (Organizadora). III. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

Esta coletânea reúne capítulos que versam sobre os trânsitos da teoria à prática. Para tanto, há que se pensar em uma teoria e uma prática que estejam além do discurso descompromissado do cotidiano, afinal pensar a respeito de algo e agir sobre não são movimentos indiscutivelmente divorciados e irreconciliáveis. É evidente que entre as elaborações teóricas desenvolvidas no ambiente acadêmico e a implementação de políticas públicas robustas que efetivamente afetam positivamente as vidas das pessoas, há um longo caminho.

Dito isso, ao contrário do que sugere o senso comum, teoria e prática não são oponentes, mas apenas segmentos distintos do mesmo processo.

Sem compreender como uma sociedade se constituiu historicamente e quais são as estruturas que a governam, não é possível detectar possíveis problemas, elaborar alternativas ou proporcionar inovações. O Brasil, problema maior do qual emanam todos os dilemas menores investigados nestes textos, construiu-se ao longo de cinco séculos preservando fortes estruturas coloniais, classistas e racistas, algo que, enquanto visto como uma realidade cristalizada no passado por uma parcela privilegiada da população, ainda marca profundamente nossas negociações sociais, permanecendo muito viva nos combates cotidianos.

A presente coleção compreende trabalhos que abordam questões pertinentes ao direito e aos desdobramentos jurídicos, às políticas educacionais, às iniciativas de desenvolvimento econômico, à manutenção da saúde física e mental, à segurança pública e ao empreendedorismo. Todos estes temas, embora caracterizados por incontáveis especificidades no que diz respeito às metodologias adotadas e resultados esperados, são fundamentalmente elaborações emanadas da malha social, de tal maneira que todos devem ser contemplados por uma mirada global e complexa dos ambientes em que residimos e construímos nossas vidas coletivas.

O estudo das dinâmicas aqui expostas aponta para um desenvolvimento positivo, uma conexão mais visível e fortalecida entre o espaço acadêmico e o mundo fora dos muros das universidades ou da vida acadêmica. As pesquisas que compõem essa obra são sintomáticas de núcleos de pesquisa cujo olhar está voltado para as ruas, praças, postos de trabalho e núcleos populacionais que fazem parte de nossas vidas e demandam nossa atenção.

A vida humana, justamente por sua composição essencial e inevitavelmente social, existe em constante fluxo. Nossas existências, compulsoriamente coletivas (por mais que tentemos nos pensar autossuficientes) são caracterizadas pela mudança, e é através do estudo aprofundado e reflexivo dessas relações dinâmicas, como as investigações aqui reunidas, que podemos esperar constituir sociedades mais estáveis, inclusivas e justas.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira  
Maristela Carneiro

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

(DES)COLONIALIDADE, DIÁLOGO INTERCULTURAL E ETNORECONHECIMENTO NOS MUSEUS: DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO E A MUSEOLOGIA CONTEMPORÂNEAS

Maria Amelia Souza Reis

**DOI 10.22533/at.ed.4482101041**

### **CAPÍTULO 2..... 20**

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA REFORMA TRABALHISTA E SEUS IMPACTOS NO DIREITO EMPRESARIAL

Josemar da Silva Abrantes

Renata Silva Gomes

**DOI 10.22533/at.ed.4482101042**

### **CAPÍTULO 3..... 27**

A GESTÃO DO CONHECIMENTO COMO AUXÍLIO À INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Felipe Pereira de Melo

Arthur Gualberto da Cruz Bacelar Urpia

Rejane Sartori

**DOI 10.22533/at.ed.4482101043**

### **CAPÍTULO 4..... 43**

A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE FÍSICA E MENTAL DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DO PARANÁ

Cristiano José Barreto

**DOI 10.22533/at.ed.4482101044**

### **CAPÍTULO 5..... 53**

A PRÁTICA DA LEITURA NO PROCESSO DE (RE)SOCIALIZAÇÃO

Hillary Mariane Lapas Fujihara

Patricia Helena de Freitas

**DOI 10.22533/at.ed.4482101045**

### **CAPÍTULO 6..... 68**

A RECEPÇÃO E A REELABORAÇÃO DO CONCEITO DE PLANIFICAÇÃO POR GUERREIRO RAMOS (1945-1953)

Alan Caldas

**DOI 10.22533/at.ed.4482101046**

### **CAPÍTULO 7..... 83**

ANÁLISE FOLHA DE PAGAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NATAL/RN, NOS ANOS DE 2012 A 2016 – RUBRICA SALÁRIO FAMÍLIA

Clara Larissa Pinto de Araújo

Edzana Roberta Ferreira da Cunha Vieira Lucena

Erivan Ferreira Borges

**DOI 10.22533/at.ed.4482101047**

<b>CAPÍTULO 8.....</b>	<b>88</b>
<b>ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE LIDERANÇA E CAPACIDADE ABSORTIVA DO CONHECIMENTO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA</b>	
Daniela de Oliveira Massad	
Daniele Santos de Oliveira Archanjo de Souza	
Andreia Maria Pedro Salgado	
Édis Mafra Lapolli	
Fernando Augusto Silva Marins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4482101048</b>	
<b>CAPÍTULO 9.....</b>	<b>100</b>
<b>CAIR, LEVANTAR E RECUPERAR: RESILIÊNCIA FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES FRENTE A DESASTRES CLIMÁTICOS</b>	
Tomas Matheus Giacomet de Oliveira	
Priscila dos Santos Schiavo	
Denis Dall'Asta	
Clóvis Fiirst	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4482101049</b>	
<b>CAPÍTULO 10.....</b>	<b>111</b>
<b>CERÂMICA VIVA</b>	
Isabela Frade	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010410</b>	
<b>CAPÍTULO 11.....</b>	<b>124</b>
<b>COOPERAÇÃO TECNOLÓGICA: ALTERNATIVAS À PRODUÇÃO DE INOVAÇÃO DECORRENTE DE PESQUISAS BÁSICAS DESENVOLVIDAS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR</b>	
Samantha Frohlich	
Eliana Cunico	
Gabriela Christ	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010411</b>	
<b>CAPÍTULO 12.....</b>	<b>140</b>
<b>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL: DOIS LADOS DA MESMA MOEDA?</b>	
Ralph José Neves dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010412</b>	
<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>152</b>
<b>DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÃO SOCIAL NO ALTO JEQUITINHONHA – MG: OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO SOCIAL</b>	
Allain Wilham Silva de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010413</b>	

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>174</b>
<b>ELEMENTOS RELEVANTES NO PROCESSO DE COPRODUÇÃO NA PERCEPÇÃO DA EQUIPE</b>	
Gladys Milena Berns Carvalho do Prado	
Roberto Carlos dos Santos Pacheco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010414</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>185</b>
<b>ENTIDADE ASSISTÊNCIAL: CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS) DE SÃO JOÃO DA URTIGA</b>	
Bruna Hariane da Costa	
Emanuel Zanandréa	
Valéria Fracaro	
Valquíria Scolari	
Willian Sbruzzi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>204</b>
<b>ESTADO DA ARTE DA PESQUISA EM PERÍCIA CONTÁBIL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA EM ESTUDOS NACIONAIS DURANTE O PERÍODO DE 2008 A 2018</b>	
Clara Alice Spies	
Lucimara Aparecida Zancheta	
Liliane Dalbello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>226</b>
<b>GOVERNANÇA METROPOLITANA NA ESCALA LOCAL FRAGILIDADES, ENTRAVES E POSSIBILIDADES DOS MUNICÍPIOS DO VETOR NORTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE</b>	
Natália Aguiar Mol	
Sophia Guarnieri	
Barbara Lúcia Pinheiro de Oliveira França	
Jordan de Oliveira Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010417</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>243</b>
<b>GUIA PRÁTICO DE ATENDIMENTOS EM COACHING COM FERRAMENTAS COMPORTAMENTAIS, DE PLANEJAMENTO E DE GESTÃO</b>	
Vera Ruth de Carvalho Fidalgo	
Rilvanda Maria Pires Santos	
Caroline das Graças dos Santos Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>275</b>
<b>IDENTIFICAR A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NA EMPREGABILIDADE DOS EGRESSOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	
Luiz Laertes de Freitas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010419</b>	

<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>297</b>
INCLUSÃO DIGITAL EM JOGOS DIGITAIS EDUCACIONAIS: ANÁLISE POÉTICA DO JOGO SOLITAIREQUIZ	
José Roberto Cordeiro Luciane Maria Fadel	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>309</b>
INSTRUMENTO DE ENSINO E APRENDIZAGEM PARA O CONHECIMENTO CIENTÍFICO: ATIVIDADE INTEGRADORA DO PLANEJAMENTO A PRÁTICA	
Fábio Teixeira Lima Felipe Lopes de Lima Gernei Goes dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010421</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>320</b>
MU (SEU): ESPAÇO DE CONEXÃO COM O PÚBLICO	
Aline Tavares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010422</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>332</b>
NARRATIVAS DE VIDA DE SOR JUANA INÉS DE LA CRUZ: EXPRESSÃO HUMANISTA DOS DIREITOS DAS MULHERES NA AMÉRICA LATINA	
Adriana do Carmo Figueiredo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010423</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>346</b>
O PAPEL DE ATUAÇÃO E INTERVENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL(CRAS) DE UBATÃ-BAHIA E A POPULAÇÃO ATENDIDA ENTRE 2016 E 2017	
Pricila Pereira dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010424</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>359</b>
OS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM EM UM PLANO DE AULA SEGUNDO O MÉTODO DA NEOAPRENDIZAGEM	
Gladys Milena Berns Carvalho do Prado Graziela Grando Bresolin Patricia de Sá Freire Roberto Carlos dos Santos Pacheco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010425</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>373</b>
RACISMO, MACHISMO, SEXISMO NA PUBLICIDADE: UM DILEMA ENTRE A CRIATIVIDADE E O DISCURSO POLITICAMENTE CORRETO	
Marina Aparecida Espinosa Negri	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010426</b>	

<b>CAPÍTULO 27.....</b>	<b>388</b>
<b>TÉCNICAS DE ANÁLISE DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS – UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA AGROPECUÁRIA</b>	
Amanda Silva Abrão	
Glória de Freitas Rocha Ribeiro	
Leôncio Campos Gouveia	
Mariana de Pádua Alves	
Marcos Roberto Alves da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010427</b>	
<b>CAPÍTULO 28.....</b>	<b>405</b>
<b>BIBLIOMETRIA COMO TRILHA DE CONHECIMENTO E PESQUISA</b>	
Rafael Angelo Santos Leite	
Marina Bezerra da Silva	
Iracema Machado de Aragão	
Maria Emilia Camargo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44821010428</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS.....</b>	<b>418</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>419</b>



# CAPÍTULO 13

## DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E INOVAÇÃO SOCIAL NO ALTO JEQUITINHONHA – MG: OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO SOCIAL

Data de aceite: 22/03/2021

**Allain Wilham Silva de Oliveira**

Cap -Coluni UFV

<http://lattes.cnpq.br/5753989237261777>

Este artigo procede da Tese de Doutorado de Allain Wilham Silva de Oliveira, intitulada “Desenvolvimento Territorial, Políticas públicas e Inovação social no Alto Jequitinhonha –MG”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Presidente Prudente, para obtenção do grau de Doutor em Geografia.

**RESUMO:** A abordagem sobre um território para o desenvolvimento busca analisar, sob a ótica socioespacial, as políticas públicas. O Programa nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), a partir de 2004, propôs uma política pública direcionada a agricultura familiar com um ciclo de gestão a partir das relações locais. Neste quadro forma o Território rural do Alto Jequitinhonha que a partir de 2008 passa a chamar Território da Cidadania do Alto Jequitinhonha, que produz uma institucionalidade para uma governança desta *policy-making*. Desta articulação, e originados de políticas de coexistência e convivência dos poderes locais, surgem os círculos de cooperação social (CCS), cuja origem discutiremos neste artigo, enquanto uma ação política, bem como quanto a sua função na *policy-making*, a sua ação no território com um grau de funcionalidade. Por

fim, trataremos das possibilidades desta forma de organização territorial para uma economia social e solidária, tais como para a criação de empoderamento, e atendimento às necessidades básicas e inclusão social, ações estas que levam à inovação socioespacial.

**PALAVRAS - CHAVE:** Círculos de Cooperação social, políticas públicas, desenvolvimento territorial, inovação social.

### TERRITORIAL DEVELOPMENT, PUBLIC POLICIES AND SOCIAL INNOVATION IN ALTO JEQUITINHONHA REGION, MG: SOCIAL COOPERATION CIRCLES AS A STRUCTURING EFFECT IN THE TERRITORY

**ABSTRACT:** The approach of a territory, for its development, sets out to analyze public policies, from the sociospatial viewpoint. The Rural Territories Sustainable Development Program (PRONAT) has proposed, from 2004 onwards, a public policy driven to family agriculture, with a management cycle based on local relations. Within this framework, it created the Alto Jequitinhonha Region Rural Territory, which, from 2008 onwards, has been called Alto Jequitinhonha Region Citizenship Territory, that produces institutionalality for the governance of such policy making. From this articulation, and springing from policies of coexistence and interaction among local authorities, the so-called Social Cooperation Circles (CCS) emerge, whose origin as a political action we discuss in this paper, as well as regarding its role in policy making, and its effect on the territory with a certain degree of functionality. At last, the paper handles the possibilities this form of territorial

organization yields for an economy that is social and solidary, such as empowerment creation and compliance with basic needs and social inclusion. These actions bring about sociospatial innovation.

**KEYWORDS:** Social Cooperation Circles, public policies, territorial development, social innovation.

## 1 | INTRODUÇÃO

A perspectiva de políticas pública de desenvolvimento territorial para uma determinada especificidade da população os agricultores familiares, adotados pelo governo intitulado de democrático popular, na primeira década deste século passaram a valorizar a participação e a inclusão social, sendo incorporada a ideia do desenvolvimento territorial, na qual se considera todo o espaço rural e não apenas o setor agrícola, com um apelo a uma gestão não centrada no Estado, mas participativa no local. As reflexões em torno desse processo apontaram a necessidade de articulação entre as políticas públicas e as iniciativas emanadas da sociedade civil organizada, bem como a criação de mecanismos que possibilitassem maior inclusão de organizações representativas nas decisões sobre os rumos, ações e recursos dessas *policy-making*. O resultado foi a criação, em 2004, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT).

Desta política é criado é no Vale do Jequitinhonha, MG, o Território Rural do Alto Jequitinhonha que a partir de 2008 passa a se chamar de Território da Cidadania do Alto Jequitinhonha, conhecida por baixos indicadores sociais, com uma agricultura familiar praticada não integrada ao complexo agroindustrial, e ainda a existência de movimentos de agricultores familiares organizados e participativos.

Portanto, propõe-se, neste artigo, a partir das ações do PRONAT e do Programa Territórios da Cidadania, empenhadas por meio da gestão participativa o surgimento de estratégias e ações de participação locais que denominamos de círculos de cooperação social (CSS) vinculados as institucionalidades configuradas no Território Alto Jequitinhonha (figura 1) no qual vamos discorrer sob a ótica socioespacial.

Será perscrutada a formulação de grupos de trabalho, bem como a articulação destes com a política governamental para a demonstração de táticas e estratégias que possibilitam a inovação social, com a criação de círculos de cooperação social institucionalizados no Território da Cidadania do alto Jequitinhonha.

Desta forma este artigo se divide primeiramente na institucionalidade que origina estes os CSS, em seguida na sua a função e posteriormente na sua ação no território por fim uma abordagem sobre sua possibilidade em políticas públicas de desenvolvimento territorial uma conclusão.



Figura(1) Localizacao do terrtorio rural do Alto Jequitinhonha que a partir de 2008 passa a denominar terrtorio da cidadania do alto Jequitinhonha.

Organizador: Allain W S Oliveira

## 2 I INSTITUCIONALIDADES DO TERRITÓRIO ALTO JEQUITINHONHA

O território é uma constituição espacial envolvida em relações de poder, pois elas moldam e são moldadas por políticas, opções e decisões dos atores sociais. Sendo assim, a tomada de decisão, integração entre os grupos territoriais (MOULAERT, 2008) e o empoderamento são elementos importantes para o entendimento de um desenvolvimento territorial crítico, ao qual a governança dá um sentido, pois ela é o conjunto de processos e instituições que intervêm em uma sociedade local, articulado em escala (DI MÉO; BULÉON, 2005).

A formação de gestão participativa exige um processo de criação de uma governança local, e tem se tornado fato ou circunstância presente em alguns panoramas. Ela é fundamental para uma mudança nas relações de poder e uma das diretrizes do programa de desenvolvimento territorial, por meio da gestão social; é a capacidade de criação de novas institucionalidades que estabeleçam nas disputas momentos de acordo. Os desafios para a constituição desse cenário envolvem diversas esferas do poder público e movimentos sociais - todo esse processo ainda articulado em escalas, como o MDA e instituições públicas do Estado de Minas Gerais e na conjuntura socioespacial brasileira.

A política territorial do MDA observa, na sua elaboração, que no lugar se possa buscar mecanismos de coordenação, o que de fato é um avanço e permite acordos que

podem levar à inovação social, bem como ampliar a participação social e suas articulações necessárias. Conforme Perico,

(...) esta estratégia sistêmica e integral de conceber o desenvolvimento rural como a convergência de um conjunto de dimensões: ambientais, demográficas, econômicas, sociais, políticas e institucionais. A ênfase que se tem dado a estas estratégias é o da busca de marcos regulatórios e orçamentários que permitam processos técnicos e políticos; que proporcionem ao território, em seus níveis locais e regionais, as capacidades e potencialidades para a criação de espaços negociados de gestão, assim como mecanismos institucionais de coordenação (PERICO, 2011, p. 123-124).

O processo de constituição dessa organização se deu em consonância com a elaboração da política territorial, que inicialmente não ganhou os contornos do MDA, por ser um espaço banal, sem a menor possibilidade de ação territorial de desenvolvimento. Era apenas um lugar da expressão do poder local e que constituía a política de afirmação dos prefeitos ou grupos municipais um conjunto de admiradores ou partidários de um zelo municipalista.

A partir de 2004, inicia uma nova institucionalização e essa formatação das políticas de inovação social pode ser avaliada como uma nova fase para as políticas no/do Território do Alto Jequitinhonha, com uma organização que permite acordos e o avançar de ações, um ganho importante, provocado por novos tempos de participação. Tal composição derivou de uma forma de amoldar as disputas municipalistas à possibilidade de organizar a intervenção territorial no local/região, e teve início no ano de 2004. A institucionalidade local do Território da Cidadania do Alto Jequitinhonha, que marca uma segunda fase do programa, foi organizada da seguinte maneira: CODETER - Colegiado de Desenvolvimento Territorial - Instância Máxima Deliberativa, Núcleo Diretivo - Instância de Decisão Gerencial e Operativa, Grupos de trabalho ou Núcleo Técnico - Comissões Técnicas de Assessoria, composto por comissões, por eixos estruturadores aprovados pelo colegiado, Secretaria Executiva Organização Operativa – Abriga o Articulador territorial, que organiza as atividades do território.

Houve a necessidade de se organizar um novo modelo de intervenção, em que se articulavam relações com poder público e movimento social, apesar de todo um modelo proposto pelo governo federal, no caso do Território Rural e da Cidadania. Percebeu-se, porém, que na prática houve arranjos para adequação a peculiaridades regionais, como afirma um entrevistado (Presidente do CODETER): “Nós formatamos o território com a cara que ele tem”. Com funções e hierarquias, o colegiado exercia a função deliberativa. O núcleo diretivo era subordinado ao colegiado, mas tinha autonomia e exercia função sobre os grupos de trabalhos, e uma secretaria executiva era ligada ao colegiado, se relacionando diretamente com o núcleo diretivo. Assim, ocorre a homologação de uma institucionalidade para fazer avançar e organizar disputas locais.

A organização do colegiado foi fundamental para ordenar o território. Informações

coletadas mostraram uma organização típica do estudo, no qual as entidades tinham um nome e um substituto que participava do colegiado. Assim, era o critério de composição. Enfim, o colegiado é uma combinação possível para a institucionalidade, regido pelas normas do PRONAT, Território Rural do Alto Jequitinhonha. Com a avaliação do colegiado houve referência à participação, ou seja, o mínimo de um terço necessário para as reuniões, em que, no entanto, se sobressaiu a qualidade da participação, além do fator número de pessoas, como revela uma liderança comunitária do território (Coordenador Territorial). Essa afirmação de qualidade sobre a participação encontra ressonância com uma avaliação externa feita pelo MDA/SDT (FAVARETO, 2008), que reafirma avanços com o colegiado do programa. O MDA/SDT cita a descentralização de recursos como ganho real para o território, e ao mesmo tempo a definição de um núcleo diretivo.

Um núcleo diretivo exerce o poder de reger a gestão política do território. Suas atribuições podem colocá-lo como um colegiado que executa as deliberações do CODETER, mas também é um colegiado gerencial e operativo com autonomia. O seu papel a desempenhar na institucionalidade de obrigações administrativas, avaliativas, executivas e políticas. Essas atribuições trazem sentenças cuja noção de ação do núcleo diretivo, o sujeito, é de fazer, deliberar, mobilizar, avaliar, incentivar acompanhar, relacionar, divulgar, evitar, consolidar e selecionar as ações cujo predicativo são políticas no território. Essas políticas são de amplo espectro, tais como de realizar e cumprir acordos, atuação de mobilizar de forma solidária os atores territoriais, articular de forma escalar as atividades territoriais, garantir a participação e efetivar estratégias e ações no território. Como será possível observar, o executor do programa, em conjunto com a sua composição e constituição, será um fato importante para a compreensão desse colegiado de institucionalidades do território.

O núcleo diretivo tinha outra composição em relação ao colegiado. Enquanto no colegiado a composição determinava uma paridade entre agricultores e entidades públicas, no núcleo diretivo ela mostrava a predominância dos primeiros, novas soluções de acordos e estratégias de peleja para um “vale da esperança” em novos tempos de política pública, de um passado da ausência, em que a política não acode e não vale para a agricultura familiar<sup>1</sup>, a momentos de controle de um colegiado que realiza a política. Esse processo é possibilitado pela *policy-macking* e transita pela disputa, criação de novas relações de poder e integração a um uso social e uma pretensa territorialização da institucionalização (FONTAM, 2008). Que leva a criação dos grupos de trabalho que de fato exercem função na territorialidade de círculos de cooperação social (CCS).

O grupo de trabalho, criado a partir do núcleo diretivo *ad referendum* do colegiado foi uma decisão soberana. Ele tinha uma função cardinal na institucionalização do programa, pois era nele que se organizavam e examinavam conjuntamente um assunto, uma questão

1 Uma referência a uma instituição criada para o desenvolvimento do vale do Jequitinhonha, já extinta a CODEVALE Comissão do Desenvolvimento Vale de Jequitinhonha, que por alcunha territorial dos agricultores familiares do Vale não vale para eles os não acode. Assim uma ação do Estado que não vale ou acode.

ou problema de forma bem ampliada, bem como se viabilizavam acordos e elaboravam engenharias para efetivação das políticas territoriais. Sua criação ficou a cargo do núcleo diretivo, sendo que a quase totalidade já constava no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Território do Alto Jequitinhonha (PDRSTAJ). A partir das entrevistas e dos documentos elaborados e analisados, concluiu-se que as temáticas propostas aos grupos de trabalho não constituíam uma novidade, pois elas estavam representadas na forma de ver o futuro, repetindo o passado com outros significados, com a visão comunitária dos “pequenos do Vale”, da agricultura familiar. Assim, assuntos, questões e problemas antigos eram expostos com uma nova forma de trabalhar, e, como disse uma liderança, “nós sugerimos estes eixos, uma forma de desenvolver”, fundamentados em uma política pública de caráter endógeno territorial.

Esses grupos de trabalho, que constituiriam os círculos de cooperação social, que sobrevieram de uma institucionalidade participativa com ações do Estado em diversas escalas de governo e do movimento social. Estes possuíam um regimento no qual traçavam seus objetivos, como desenvolver suas atividades após aprovação de projetos, sua composição, coordenação e critérios para elaboração e gestão de projetos, e os subordinava ao núcleo diretivo, com a obrigatoriedade de encaminhar projetos e agendas de reunião cujos os objetivos são resumidos no quadro (1)

<b>Objetivo dos círculos de cooperação social do Território da Cidadania do Alto Jequitinhonha</b>	
<b>Círculos cooperação social</b>	<b>Objetivo</b>
Apicultura	Realização de investimentos para a autonomia em relação ao mercado da Associação dos Apicultores do Vale do Jequitinhonha (APPIVAJE)
Artesanato	Transporte e exposição do artesanato de cerâmica produzido por diversas associações locais
Cafeicultura	Construção de unidade de beneficiamento de café para associações de produtores familiares
Comercialização	Distribuição para o mercado institucional ou feiras locais dos produtos da agricultura familiar
Cultura	Apoio às manifestações culturais dos agricultores em especial ao festival de cultura popular (FESTIVALE)
Cana de açúcar	Construção de unidades engarrafadoras e distribuição e criação de uma marca geográfica da produção de cachaça dos agricultores familiares
Derivados do leite	Construção de um laticínio comunitário para atender ao mercado institucional
Educação do campo	Propiciar o adequado atendimento educacional dos alunos do campo, com a criação de uma escola comunitária
Fruticultura	Criação de uma unidade beneficiadora de frutas para suco sobre o controle da associação dos produtores de Frutas (FRUTIVALE)
Meio Ambiente	Melhorar a disponibilidade e a qualidade da água para consumo humano na região

Minorias	Atender a grupos específicos de agricultores familiares associados ao gênero ou etnia
Piscicultura	Aproveitamento do Lago da Usina de Irapé pelos agricultores para a produção de peixes
Questão Fundiária	Promover a titularização de terras em posse dos agricultores

Fonte Allain W S Oliveira

Os GTs (grupos de trabalho) tinham o apoio de subgrupos de trabalho local, denominados Grupo de Apoio Local – GAL. Este grupo tinha a função de apoiar os GTs no nível municipal, elaborando e, em especial, acompanhando projetos efetuados. Sua função mais importante era administrativa, lembrando a extensão do território e a dificuldade de acompanhar projeto in loco, que é a atribuição do GAL. Ele é composto por representantes do CMDRS, STR, prefeitura e beneficiários da ação. Na pesquisa não se constatou que essa instância tenha avançado na prática. Este, na verdade, poderia ser o significado de um novo empoderamento, mas suas funções e pretensões não passaram disso.

Na pesquisa encontra-se referência aos grupos de trabalho como: Cadeias produtivas, realizar a ideia de articular a produção regional. Grupos de discussão, no sentido de um lugar de geração de uma ideia. Eixo, no sentido de em torno de uma ideia ou ação que se desenvolverá. Núcleo técnico, onde cria a possibilidade de uma técnica, um estudo.

Na realidade, eles realizavam uma elaboração espacial, notadamente na mobilização dos atores lugar/região no debate do programa. Na realização do trabalho, detectou-se, pelas entrevistas, nomes e entidades que coordenavam essa instância territorial, apesar de haver uma oficialidade dessa figura, pois deveria ser um membro do CODETER escolhido pelo GT. Esses grupos de trabalho funcionavam com regulamentação, e esta apresentava como objetivo a adequação do GT às propostas do Território, ou seja, apoio à agricultura familiar, discussão de base e a consolidação da economia social e solidária, o círculo de cooperação social.

Sua organização interna representava uma oficiosidade. Os nomes detectados exerciam lideranças oficiosas e oficiais perante a institucionalidade, mas legítima no debate proposto, e tinham a função de articular deliberações.

Esses grupos de trabalho tinham a função de um debate técnico e político. Os nomes - cadeias produtivas, grupos de discussão, eixo ou núcleo técnico -, são pertinentes à função desempenhada por essa instância, que discutiam temas, elaboravam tecnicamente ações e articulavam a produção dos eixos do território. Uma forma de organizar os interesses regionais, mas mantendo uma simetria possível entre demandas e acordos.

A atuação dos GTs, que pela sua origem e atuação nas territorialidades os denominamos de Círculos de cooperação social (CSS) pode significar ganhos para alguns movimentos sociais e lideranças políticas mais empoderadas e também garantir uma via de limitação dos embates, além de construir alianças que seriam posteriormente respaldadas

pelo núcleo diretivo e colegiado, e que em cada núcleo deste tinha membros do colegiado. As reuniões se davam por grupos de interesse por temas - assim os mais articulados faziam uma melhor seleção/disputa de projetos, mas a lógica do território, do poder e das relações sociais formatadas espacialmente são diversas. Desse modo, diferentes territorialidades representadas nos CSS não apenas disputam recursos, mas se relacionam.

Essa instância da institucionalização, cujo estabelecimento era aprovado pelo núcleo diretivo, cumpriu sua função no tempo-espaço da política, de táticas de convivência e coexistência de conflitos, caracterizando-se assim uma forma possível de estabelecer acordos, um território possível sem apelos localistas e localizados, do poder local, em especial da prefeitura. Porém, foi uma opção territorial dos movimentos sociais dos agricultores familiares do Alto Jequitinhonha que se reuniam no CODETER, compondo círculos de cooperação para iniciativas sociais inovadoras. Essa tática de núcleos de interesse pode ser definida pela operação de um documento interno do núcleo diretivo intitulado “critérios para aprovação de projetos territoriais”, que propõe critérios para análise e aprovação de projetos territoriais e a construção de grupos de discussão.

Percebe-se, portanto, a tática de construção de uma institucionalidade comprometida com uma nova forma de pensar as relações territoriais. Por essa operação observam-se alguns critérios que estimulam os grupos de trabalho a buscarem um consenso sobre alguns aspectos, uma abrangência que articule escalas do lugar/região horizontalizando o debate, dificultando a influência local de lideranças políticas e permitindo a negociação e melhor elaboração de disputas de orientação municipalista.

Os CCS demonstraram, portanto, uma tática para a reconfiguração criativa das relações sociais a partir de um modelo *bottom-up*, isto é, a realidade do lugar. A partir de então, propuseram mudanças, como um elemento capaz de superar a falta de ação ou uma ação setorial voltada para o mercado. Dessa forma, esses grupos devem respeitar as contradições, o tempo-espaço, uma dialética socioespacial, produzindo articulações da política na dimensão ambiental, cultural, econômica e técnica com a aprendizagem social, com primazia do agricultor familiar e distribuição de excedentes, mas mantendo o controle de grupos ligados ao estado de Minas Gerais ou a prefeituras e há algumas ONGS.

A dinâmica na organização ou institucionalidade propiciou avanços ao Território, que possibilitaram novas relações no trato da política pública e em negociações entre as organizações dos movimentos dos agricultores e do poder público no território. Por outro lado, impõe limites a atores sociais ou a novos projetos de *desviance* social que estejam excluídos desta institucionalidade um desafio ao desenvolvimento territorial como é mostrado na entrevista: “. Você discutia as “fortalezas” e as “fraquezas” dentro desse espaço geográfico de cultura e outras coisas em comum” (entrevistado coordenador política de uma ONGS).

Um espaço geográfico que não é dádiva da natureza ou algo sobrenatural e existe por si só, e é definido pelo agricultor anterior como de “cultura e tantas outras coisas



em comum”. Mas esse espaço é revelado por relações sociais que, ao mesmo tempo, o cria e influencia - um efeito territorial -, ou entendido como as fortalezas e fraquezas de um território. Assim, são estruturas influenciadas por um território instalado por uma política pública rural do alto Jequitinhonha; ou um evento e objetos, dentre os quais ocorre a institucionalização, que já começa a produzir efeitos.

A inovação social (re)inventa as espacialidades, não de persistências, mas de descontinuidades levadas em efeito por movimento comunitário, o que pressupõe táticas de empoderamento - uma institucionalização, mas também novos significados econômicos e de inclusão social e relações no todo socioespacial. Ao acrescentar estas relações no desenho concebível da política territorial do Território da Cidadania do Alto Jequitinhonha, será adotada a visão da inovação social a partir do ponto de contato, de junção entre a institucionalidade e a sua base social – Círculos de Coperração social (CCS) . Estes são táticas que partem da institucionalidade na busca da almejada “combinação adequada entre força propulsora da indignação moral e a sagacidade esclarecedora da razão” (FARIA, 2000) em uma junção para outro mundo possível no território - uma escala ou opção ao mesmo tempo política e econômica com um sentido plural, responsável pela realização de uma tecnologia social.

Buscam um bem estar inclusivo, com políticas emancipatórias, em que um ontologia comunitária do território se sobressaia e que hajam capitais territoriais apropriados para a realização das necessidades humanas e inclusão social, com os cuidados requeridos para garantir a sua continuidade futura, bem como a governança que remeta a novas formas econômicas. Os CSS resultado de uma gestão participativa, e acordo entre os poderes locais (Estado e sociedade) para que se estabeleça uma governança em uma política pública de ação territorial.

### **3 I CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO SOCIAL**

Os Círculos de cooperação social (CCS) foram propostos na institucionalidade, na circunstância de articular a base social do território, ou seja, círculos de cooperação para a inovação socioespacial que desempenhariam um papel de empoderamento, mas também de relações técnicas produtivas, comunitárias e ambientais, bem como de inclusão social, comprometidos com novas formas de se trabalhar no espaço.

Essa modalidade escalar apresentava, de acordo com seu regimento interno, os seguintes objetivos: Promover debates sobre suas respectivas áreas temáticas, visando a ampliar e disseminar o conhecimento de suas realidades no Alto Jequitinhonha; A partir desse conhecimento, propor ações e projetos de curto, médio e longo prazo em suas respectivas áreas temáticas, de modo que possam promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas territoriais, com o foco na agricultura familiar; Garantir que as ações/projetos propostos contemplem a diversidade da agricultura familiar do

Território e possam promover a sua inclusão produtiva, social e de representação política junto às instituições e instâncias territoriais; Atuar com o foco na elevação da qualidade de vida da agricultura familiar do Território através da melhoria de suas condições de organização, representação e produção; Avaliar e opinar sobre propostas/projetos que lhe sejam apresentados; Organizar articulações institucionais que promovam a criação e a integração de políticas públicas locais; Detectar e prospectar outras fontes financeiras para investimento no Território, além dos recursos do PRONAT.

Pelos objetivos pode-se definir a natureza dessa instância na territorialização para a economia social como aquela que cria “novas formas de solidariedade entre elementos novos e herdados” (SANTOS, 2008 p. 144), uma referência aos fluxos que produzem uma economia. Orientados para a economia social e solidária, esses fluxos estão vinculados ao espaço, quer seja efeito do território, que é produzido por mudanças nas relações e atitudes sociais, ou sua manutenção ( FONTAM, 2008) ou efeito do lugar, que orienta ações dos atores sociais no território, qual seja por proximidade, sociabilidade.

Estes influenciam na ampla categoria de análise, que se apoia em toda a produção espaço-tempo; produzindo, dessa forma, um efeito espacial de tensão entre fixidez e mobilidade, constância e inconstância, construção e desmantelamento e desterritorialização e reterritorialização (BRENER, 2013) - elementos que objetivam produzir fluxos para a política territorial na região, um território.

Esses fluxos buscam uma dimensão de escala que articula ao movimento do Território da Cidadania do Alto Jequitinhonha às bases sociais e ao Estado, fontes da própria identidade e de sua história. Se ele pode envolver qualquer tipo de estrutura, independentemente do seu estatuto ou de negócios, a inovação social tem especial ressonância dentro das organizações de economia social e solidária, cuja criatividade, baseada nos laços locais, tem sido historicamente uma fonte de muitas soluções inovadoras.

É possível distinguir nos objetivos o apelo a uma questão econômica e de inclusão social, sendo reafirmado o tipo de economia, que também é explicitada no PTDRSAL (2006, p. 280) como “a economia popular e solidária, estratégia dos GTs para (...) alcançar nível de autonomia que os torne independente do acompanhamento técnico”. Para a materialização dessa função, há a necessidade de se criar articulação de conhecimento e técnica, bem como de inclusão e organização produtiva, de financiamento, e das políticas públicas; por fim, a criação de redes de solidariedade com cadeias produtivas territoriais, com visão de um futuro de sustentabilidade e uma pretensa criação de um território.

Para a exposição do papel econômico dos CCS, o regimento interno, além dos próprios objetivos, regulamenta as suas atividades, o que demonstra uma clara pretensão de que estes grupos atuem como gerenciadores dos empreendimentos econômicos, no qual se associam a formação dos Grupos de Apoio Local (GAL) e preocupações ambientais e, ainda, os colocam como o principal gestor dos projetos, realizando e organizando uma gestão coletiva, na qual se efetiva: mobilização dos beneficiários; montagem do plano de

gestão do empreendimento com metas temporais; capacitação dos futuros gestores nos temas necessários a uma boa administração do empreendimento (finanças, administração, comunicação, etc.). Por meio desses grupos de apoio também se montam sistemas de monitoramento que identifiquem o impacto dos projetos nas condições de vida, bem como se planeja a organização e produção dos beneficiários, buscando avaliar a efetividade dos projetos. Dessa forma, a função, além de elaboradores, seria também de operacionalizadores dos empreendimentos sociais.

Esses empreendimentos da economia social e solidária estimulam uma construção territorial de círculos de cooperação integrados de relações socioeconômicas, que envolvem produtores/prestadores de serviço e consumidores/usuários em uma lógica espacial de circuitos, assim como atores em movimento, no caso uma organização espacial advinda de uma política pública. Esse movimento socioespacial se apresenta repleto de novidade, pois procura criar novos laços sociais baseando-se em princípios de uma economia não mercantil, com traços de reciprocidade e redistribuição (POLANY, 2000) que permite que o espaço econômico não seja apenas o mercado, e angariar um contorno mais plural que possibilite uma relação espaço - tempo para satisfação das necessidades e a inclusão social.

Esse espaço, pretendido na institucionalidade, tem a função heterogênea de debate político, resiliência, transformação, criação, aprendizagem, transposição, replicação para outro modo de se instituir uma prática econômica, orientando-se não por modelos voltados para uma difusão da inovação em bases comunitárias e em um desenvolvimento endógeno e territorial. Se constitui em redes ao compartilhar regras e valores comuns; em fóruns, pois há ampla participação da sociedade e do poder público; sobretudo em círculos de cooperação na busca de sustentar novas formas de cooperação no espaço, no caso da política territorial, o movimento social e Estado; em diversos campos e momentos de atuação; em trocas de fluxos materiais e imateriais para a construção de novas relações sociais, mas lembrando seu papel de uma escala de articulação na política territorial adotada.

Ao pensar na escala, no território propiciado pela política pública aquém de meras representações espaciais, organização de polos irradiadores de fluxos do CODETER ou de posições cartográficas sobre o Alto Jequitinhonha, essa deve ser lida considerando-se a ponderação feita por Lacoste (1997) sobre relações socioespaciais, não como algo em si, mas em articulação com diferentes escalas, segundo ordens de grandeza. Ambas apropriadas convenientemente por diferentes intencionalidades; assim, a escala seria uma condição e uma criação da política pública levada pelos atores sociais com propósitos dentro de um território e territorialidades para exercer os seus cotidianos.

(...) produto e condição da totalidade existente entre os níveis local, regional, nacional e internacional: as dinâmicas escalar (areal) e reticular/relacional não são excludentes. Elas acontecem ao mesmo tempo, articulando sujeitos, lugares, territórios em redes próximas e distantes, formando cruzamentos (*crocevia* e *incrocio*), nós e malhas que estão na base da formação de qualquer territorialidade e território em qualquer relação espaço-tempo (SAQUET, 2011, p. 83).

Nesse sentido, um círculo de cooperação territorializa com intencionalidades de um fazer também econômico e de superação de necessidades, mais como um reescalonamento possível de um espaço - tempo. Desse processo deriva a ideia de um espaço escalar “profundamente fenomenal, e o real presente em toda a escala” (CASTRO, 1992, p.21). A escala não é o espaço, o território ou o lugar, mas os contém, pois na política territorial ela foi construída em conjunto com a totalidade do território, isso baseado em fatos empíricos. Ela não é apenas um processo alheio à *policy-making*, mas também contém e está contida pela política, “vincula-se intrinsecamente às mudanças na configuração organizacional e espacial dessa formação social historicamente específica” (BRENER, 2013, p. 209).

Finalmente, os CSS são parte da institucionalidade, com a função de criar mecanismos de governança e participação, bem como tecnologia social. Um conjunto de relações entre movimentos sociais e o Estado no/do território para efetivar projetos de caracteres estruturantes, produtivos e sociais; assim, uma escala, um círculo de cooperação social para efetivação da economia social e solidária. São eles: apicultura, artesanato, cafeicultura, comercialização, cultura, derivados da cana-de-açúcar, educação do campo, fruticultura, leite, meio ambiente, minorias, piscicultura e questão fundiária.

Para que a escala seja originária de decisão tomada de baixo para cima, orientada para um tipo de desenvolvimento endógeno e territorial que não priorize ação individual ou uma ação estatal sem participação social, um planejamento autoritário, ou uma negação ao empoderamento comunitário, ela deve conter mudanças, inovação social, e envolver a criação, adoção e institucionalização, ou seja, conter em si: uma proposta, mobilização social, experimentação e a sua territorialização, tendo por base uma ontologia social (FONTAM, 2008, 2010).

A inovação socioespacial envolve uma maior satisfação das necessidades humanas através da transformação das relações sociais e de um sistema de governança mais democrático e cooperativo, o que resultaria no desenvolvimento territorial. É o processo de uma territorialidade que, submetida à ação da sociedade, cria novas relações, adjacente ao processo de (des)reterritorialização, em que a novidade, ao se afirmar como uma prática social, cria uma territorialidade em um ciclo de complementariedade, contradição e coexistência (SAQUET, 2010) no espaço-tempo.

## 4 | OS CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO SOCIAL, UM EFEITO ESTRUTURANTE NO TERRITÓRIO

As relações estabelecidas na base da política territorial são uma realidade associada ao lugar/região e territorialmente existentes a partir de pertinências, com uma eficácia condicionada e associada à sociedade, mas adequada a um modelo institucional da política pública territorial e, portanto, submetida a todo um processo de instalação da política nacional (conjuntura, governo, regulações). Sua institucionalização é negociada por meio de acordos, táticas e estratégias, em um poder local que se associa ao espaço-tempo do Alto Jequitinhonha e às territorialidades.

Os círculos de cooperação social são abalizados com uma visão de um desenvolvimento endógeno e com discernimento dentro de uma lógica de inclusão social como atendimento às necessidades básicas e uma economia social e solidária, de modo a buscar o empoderamento e a institucionalização de novidades. Se enquadraram de acordo com suas especificidades a um modelo de inovação social e não de adequação técnica ou ações individuais, ou mesmo mecanismo de integração a um mercado formal, pois são congêneres da *policy-making* desde sua origem. Seriam assim, atores locais que, ao mobilizarem os capitais territoriais sem a intencionalidade de reproduzir as desigualdades, se lançam em uma política de base para acessar recurso do Estado, um dinamismo local engendrado não pela política pública, mas apropriado para ela, uma racionalidade.

Esses círculos de cooperação de inovação socioespacial são um conjunto de relações que articulam lugares dispersos geograficamente através do controle dos fluxos de transferência de cooperação, transposição de experiências e informação; enfim, são soluções sociais, relações estabelecidas entre os lugares e as lideranças do movimento, os cooperadores e transformadores, e suas bases por intermédio de trocas de fluxos materiais e imateriais, com predominância de bens intangíveis. São uma forma de produzir e circular na política pública

Esta é, portanto, uma logística, uma tática de olhar o outro. O território não é apenas a casa própria, o município em que se reside, ou liberação de recurso por demandas municipais. Esse espaço, que é também os CSS, se compõe de relações de proximidade, mas fluidas, relacionadas ao homem e sua totalidade, e é nesse aspecto que consiste a realização de novas realidades socioespaciais de transformar a comunidade. Esse CSS, enquanto espaço de debate, foi um meio de garantir a participação e articulação com a base social do território, o não tolhimento de uma forma primordial de liberdade de expressão pela fala e participação.

Não se pode perder a perspectiva sobre esse processo: a ação dos atores sociais e sua mobilização territorial para efetivar as novidades, que são projetos que se associam ao espaço-tempo da região, mobilizados por uma política pública, não significando, assim, que sua elaboração se dá no agora, mas sim sua possível execução, principalmente via

recursos, mas em conjunto com o todo, um processo que mobiliza o efeito local com ação de transformação, um efeito territorial.

Para essa finalidade, com auxílio de um esquema com reciprocidade teórica, esta proposição de análise representa um fenômeno ou um conjunto de fenômenos complexos a partir de uma ação que se desencadeia por uma conjuntura de Estado: uma ação intencional voltada para a sociedade. Essa construção torna-se uma realidade no tempo-espaço, o Território da Cidadania do Alto Jequitinhonha. Afirma-se não a ideia de sistemas com seus subsistemas, mas na dinâmica social imposta a ideia de reescalonamento. As questões colocadas independem da *policy-making*, pois elas têm uma existência real no território ao passo em que também são outras territorialidades, e, enquanto escala, se articulam com outros fenômenos, fatos ou eventos e estruturas existentes no mundo.

A observação de vários casos permitiu a diversos autores da inovação social, (Fontam, 2014, p. 223) e (Klein, 2014, p. 128), proporem um modelo que envolve vários elementos que contribuam para criar dinamismo local, o que inicia um processo de baixo para cima de transformação social.

Esse modelo destaca os momentos estratégicos em que as organizações não governamentais, órgãos públicos, privados e movimentos sociais devem intervir para apoiar esse processo de inovação e desenvolvimento com a devida adequação ao caso estudado, mas pertinente com a realidade, com quatro fases distintas associadas aos processos territoriais.

**Fase 1** - É denominada de iniciativa social. Essa iniciativa seria o projeto, a ideia de ação, o que vai ser efetivado por um grupo de indivíduos, uma liderança. Ele deriva de um processo de seleção na estrutura do CODETER ou do núcleo diretivo e, ainda, é um desígnio de uma solução social, mas deve ser de acordo com as orientações da política, e na seleção/disputa de ideias ou novidades no território, receber atenção. Assim, no modelo da política ele deve ter uma boa aceitação pelas lideranças locais, sendo estas do movimento social, das prefeituras ou dos órgãos estaduais atuantes no Alto Jequitinhonha.

Todos os projetos discutidos e aprovados pelo Território são iniciativas sociais e têm sua existência como uma realidade de uma cidadania incompleta, associados à reprodução do trabalho familiar na agricultura. Eles possuem, de fato, uma extensão social que se enquadra na perspectiva de novas relações sociais, envolvendo novas formas de inserção econômica com objetivos mais sociais e solidários, atendimento às necessidades básicas e empoderamento social - por isso eles foram selecionados. Pode-se perceber que todos os CSS tinham ligações com atores que participavam da liderança do território. Os protagonistas demonstraram algo pretensão a fazer, um acordo para efetivarem projetos – um fazer territorial.

Dos treze CSS propostos, não houve a produção e realização de ações na metade deles por falta de uma proposta quer seja do movimento social ou Estado. Não passaram de uma novidade ou de uma tarefa ainda a se realizar, são eles: comercialização, cultura,

meio ambiente, minorias, piscicultura e questão fundiária.

Os motivos dessa falta de ação coletiva ou mobilização institucional são variados, quer seja pela ausência de uma ação mais efetiva, uma densificação, aprendizagem ou institucionalidade associada à ausência de uma real base social para investir em uma proposta, ou casos, em que a pretensão não poderia ser suprida pela possibilidade posta pela política territorial. Mas o mais importante nesses projetos é a ausência de uma pressão social ou de uma base social na institucionalização do território, o que os deixou pretéritos na seleção/disputa.

**Fase 2** – É o avançar do projeto além de uma ideia ou novidade. Ele deve ser viabilizado pelo programa territorial com recursos financeiros e técnicos e mesmo legitimação e mobilização social para ser capaz de produzir um efeito real. Assim, ele se torna fundamento no território com grau elevado, além de uma mera pretensão ou novidade. Para atingir a fase de credibilidade e não apenas de solicitação, os projetos devem adotar uma institucionalidade de alguma organização social, prefeitura ou órgão do Estado de Minas Gerais, possuir uma forma de aprendizagem local e propor ações capazes de produzir um efeito institucional.

No caso estudado, pode-se perceber que os projetos atingiram essa fase pela ação dos órgãos do Estado de Minas Gerais que atuam no local, na prefeitura ou nos movimentos sociais. Para efetivar as obras foi necessária a mobilização da institucionalização do território associado às prefeituras, assim, originado de acordos que mobilizaram recursos. Três CCS chegaram a mobilizar recursos, embora não tenham avançado como uma institucionalização, que são: cafeicultura, derivados de leite e fruticultura.

A cafeicultura e derivados da cana são projetos que não apresentam continuidade, pois na seleção e disputa, ficaram sob o controle das prefeituras. São edificações, mas possuem um apelo territorial dos agricultores; porém há ausência de uma solidariedade para fazer as estruturas construídas se tornarem realmente ações efetivas de novas relações sociais, com inclusão social e interferência para uma economia social e solidária.

No CCS derivados de leite, há questões do lugar/região, pois a parcela que buscava uma nova tradição de produção não teve base social suficiente para que seus projetos acessassem recursos. Na região do queijo do Serro alguma ação foi efetivada, mas como uma cadeia produtiva comercial já é uma territorialidade, ancestral no espaço - tempo regional, um reforço por meio de cursos.

Resumindo, esses CCS apresentam uma inércia, *path dependence*, ou não conseguiram novas formas de desenvolvimento por meio de mudanças sociais capazes de interferir no território e no espaço. Suas ações foram por vezes focadas em resultado, em especial edificações, e tecnologia social, mas sem atingir uma consciência territorial, com características de uma reconfiguração criativa de relações sociais.

**Fase 3** - Intensificação do sentimento de pertença dos atores locais ao seu território e ao seu lugar. Pressupõe-se ter afluência a um lugar, relacionar-se, realizar a transformação

de suas relações, uma solidariedade local para inovação e desenvolvimento chamada de consciência territorial. Assim, não basta mobilizar recursos, pois a ação deixa impacto duradouro sobre o território. A ação dos atores qualifica diferentes atributos positivos da comunidade ao local.

Os outros dois CCS, fruticultura e artesanato, atingiram essa fase. Isso significa que no programa de desenvolvimento existiram atores com a capacidade de Consciência Territorial, que leva os atores a atuarem em conjunto, a consultarem; e aumenta a sua capacidade de atender o projeto e dar-lhe poder. Isso é pode ser chamado, de acordo com Fontam (2014) e Klein (2014), de “capacidade social”, na qual a “capacidade institucional” dos atores se revela.

O projeto de fruticultura a FRUTIVALE é uma incógnita. Ela demonstrou uma perspectiva forte aos agricultores familiares, que mostraram interesse em continuar; mas o projeto está parado, embora seja expressivo e que deixou muitas influências no local e com o aporte de recurso via CODETER, então territorial do PROINF para 2015. Há tentativas e mobilizações para o resgate da Frutivale, e mesmo de resgatar a associação de fruticultores.

O artesanato, com uma base social consolidada, apresenta também aportes na comercialização, divulgação e qualificação de órgãos governamentais ou privados, na busca por novas possibilidades. Seus projetos, apesar de “pequenos” dentro do território, mostram a expectativa de solução de problemas locais por meio da comercialização dos produtos. A mobilização é organizada em diversas associações que têm como base as comunidades. Elas mostram a capacidade de inovar e de incluir (em especial as mulheres) em novos laços de produção e atendimento das necessidades do lugar/região, mas falta uma ação coletiva mais regional para superar dependências com o Estado para que se produza um real empoderamento, capaz de surtir um efeito organizacional.

**Fase 4** - O projeto se consolida e atinge seu completo desenvolvimento com capacidade de gerir e buscar novos recursos. Nesse caso, percebeu-se que apenas os projetos que possuem uma base social chegaram a essa fase de transformação das relações sociais e atingiram os objetivos propostos no regimento interno dos grupos de trabalho. Ao atingir a capacidade institucional, ele cria um efeito territorial de empoderamento e inclusão social dos agricultores, bem como mobiliza o sistema local em favor de uma apropriação social dos capitais territoriais para a efetivação de uma forma de viver territorialmente com inclusão social e atendimento das necessidades básicas no campo, por outro meio possível que não seja a dependência de políticas redistributivas do governo, ou por uma inserção ao mercado via uma destituição de uma economia social e solidária.

A educação no/do campo foi o CCS que mais produziu novas relações em todos os aspectos econômicos e ambientais e uma aliança entre o movimento social, Estado e outras ONGs. Originado e construído com uma base social, uma reivindicação da cidadania anterior ao projeto do território, esse CCS foi propiciado e fortalecido, conseguindo criar a



EFA de Veredinha e uma Associação Comunitária de Desenvolvimento Educacional Familiar e Agropecuário de Veredinha (ACODEFAV) que gere essa instituição. Sua ação produz novas relações em todo o lugar/região, sempre com novas demandas e novos projetos.

A apicultura tem seus projetos construídos e possibilita novas incursões ou uma menor dependência do mercado, e está intrinsecamente associada a umas Ongs o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV). O entreposto de mel de Turmalina é uma realidade, uma novidade dentro da Associação dos Apicultores do Vale do Jequitinhonha (APPIVAJE) - a associação dos apicultores. Essa forma de se relacionar no espaço se constituiu anterior ao Território da Cidadania e se robustece com o aporte de recurso do território, se mostrando eficiente na realização e no avanço de outras formas de produção e inserção social no semiárido, com a capacidade para criar novos laços de solidariedade no território.

Os CCS que atingiram o nível de uma consciência territorial e empoderamento ou novas relações sociais, com o subsídio da política territorial, concretizaram uma articulação com uma base social e obtiveram êxito em seu objetivo de acordo com seu regimento interno. O objetivo era: se valendo de um conhecimento territorial, promover cadeias territoriais de desenvolvimento, promover a inclusão produtiva social e de fortalecimento da agricultura familiar e articulação de políticas públicas. Eles efetivaram um fluxo de novidades, experimentação, institucionalização e pelas novas relações estabelecidas criaram novidades; logo, uma ação local e duradoura como .

O Território da Cidadania do alto do Vale Jequitinhonha é um processo de complexidades, de dessemelhanças, não com eliminação nem dualidade, mas síntese da origem do processo socioespacial regido por momentos que se iniciam na formação de uma região com intervenção do Estado. Revela treze novidades por um conciliábulo (conciliabŭlu ) que envolve poderes locais dos movimentos sociais do Estado de Minas Gerais em uma atuação de agentes locais, prefeituras, um processo de acordos, táticas e estratégias de contorno.

Mas nas ações propostas pelo território nota-se uma diferenciação ou um variado grau de difusão espacial, que é representado na Figura 1. Nela pode-se observar a difusão da inovação concomitantemente, com seus valores territoriais surgidos ou reforçados na política do Território da Cidadania do Alto Jequitinhonha.

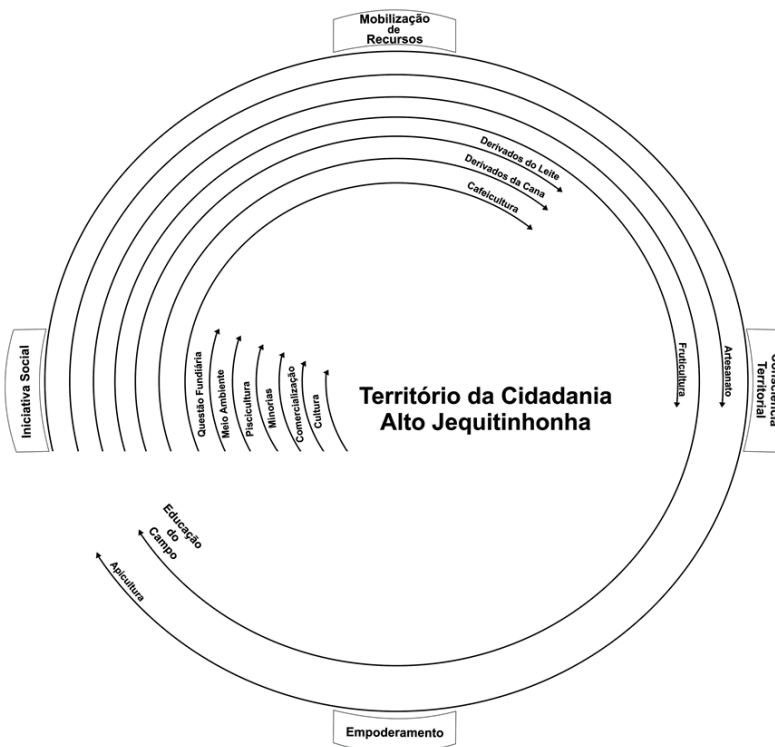


Figura 1 – Difusão de Inovação dos Grupos de Trabalho do Território da Cidadania do Alto Jequitinhonha, Minas Gerais.

Ele resulta em outra ação, a de reescalonamento, com resultados deixados para depois ou, ainda, aportes estratégicos de recursos, avançar de consciência territorial até o empoderamento. Mas território é um lugar de poder e envolve os mais precavidos, capazes de efetivar uma melhor governança e diferentes territorializações. A frase de Smith (1993, p.141), citado por Brenner (2013, p. 213), resume essa desigualdade: “A escala de luta e a luta pela escala são dois lados da mesma moeda”.

Uma condição para desfilar essa trama é a escala ou reescalonamento dos círculos de cooperação social, estes adequados verticalmente (BRENNER, 2013) a novas escalas de atuação do Estado de políticas públicas, cuja origem retoma ao PRONAT, chegada ao poder na conjuntura de um governo proposto democrático popular. Assim, o território da cidadania seria uma diferenciação social, mas ao se relacionar com outras realidades reproduziu novas escalas verticais, os CCS. Estes também se relacionam no território com processos sociais particulares, verticalizando, se hierarquizando entre eles. Poder-se-ia afirmar que os que conseguiram articular recursos que estão superiores na hierarquia vertical do território.

Constata-se que os círculos de cooperação em hierarquia estabelecem também verticalidades, em especial em uma política de governo, mas não como se fossem “bonecas russas” encaixadas na política com proporções fixas e próprias (BRENNER, 2013); assim, sua difusão, se observada apenas como sua extensão, produz distorções, pois elas existem no relacional no território, e essa relação é mosaico. Exemplo deste é o GT estrutura fundiária, que não passou de uma novidade, embora se tenha encontrado liderança e mesmo agricultores originários deste nas diversas outras ações territoriais.

Ao analisar a realização desse processo, pode-se chegar a algumas considerações sobre a política e o seu reescalamento como: as escalas decorrem de um mundo criado não pela ou para a política pública, mas elas são constituídas de relações anteriores, e também se associam a um inevitável ato de estabelecer disputas, acordos ou seleção/ disputa de projetos, da necessidade de diferenciar as relações sociais. O próprio conceito de território do programa leva ao chamado território de identidade, que pressupõe não igualdades de identidade, no caso de agricultores familiares, mas desigualdades em diferentes tipos de comunidades.

Um elemento fundamental para a diferenciação deles é a iniciativa social, ou seja, quanto maior o grau de organização social da novidade, maior será a sua difusão. A associação da origem também traz a um *path-dependence*, que deriva o fato de algumas ações se restringirem à mobilização de recursos, pois a sua ligação com o poder público local e prefeituras impossibilita a criação de novas relações sociais. Essa ação de difusão traz um efeito territorial: quanto mais mudanças provocadas, mais intensidade tem de provocar novas mudanças, um ciclo de um processo de desterritorialização e reterritorialização.

O escalonamento ou CCS traz repercussão nas riquezas territoriais presentes nas comunidades e serve ao empoderamento. Dessa forma, os grupos que melhor articularam e utilizam de uma apropriação desse valor assim como o território de identidade, se mostram assimétricos ao capital territorial. Este é mais bem mobilizado por alguns, no caso este foi apropriado por dois CCS, o da apicultura e educação do campo.

A mobilização não se dá sem a interferência de uma organização interna e pode-se perceber que os dois projetos se associam ao CAV, um capital social, e reforço externo, no caso da apicultura, de um mercado exportador e das empresas reflorestadoras, como da educação do campo - um agir sobre a educação independe do Estado (privado). Os dois possuem uma adequação técnica: a natureza da transição cerrado (caatinga) - mata atlântica, e estão associados a um saber fazer específico de um capital humano do sistema do lugar

## 5 | CONCLUSÃO

No caso em estudo, fica evidente que a política pública não provoca por si só a inovação socioespacial ou sua difusão, mas também pode ser um mobilizador para esse

fim. Em relação a esses CCS, de realizarem um grau de efetividade de desenvolvimento territorial, é possível afirmar uma territorialização com base na solidariedade e em uma nova forma de fazer economia com mudanças nas relações sociais, intrinsecamente associada ao espaço-tempo: uma ligação entre as relações já estabelecidas e advindas da política.

Significa, portanto, uma coesão que leva ao desenvolvimento territorial por vias da inovação social; foram ações que encontraram antes da política um elevado grau de aprendizagem, ações densas e institucionalização que as auxiliam a se reforçarem na política territorial do Alto Jequitinhonha, bem como a ganharem novos impulsos inovadores. Assim, a origem e concretização da inovação social são como um movimento tácito, capaz de uma forma de integração ao sistema pelo *path shaping* ou *path building*.

A ação coletiva local que se expressa pelos CCS tem um efeito estruturante. Nessa concepção, as estruturas socioespaciais são tanto condição como resultado de agência humana, e a escala, como ação, reproduz e transforma o todo; assim não é possível entender a escala apenas por ela. Todas as iniciativas são afirmadamente ações que independem da política, mas próprias e apropriadas por ela, e uma análise que não retome o todo é parcial, pois na construção de *path shaping* ou *path building* por uma escala significa um movimento no espaço-tempo que influencia o todo espacial - também territorial.

Segundo um entrevistado, liderança partidária e liderança sindical participante do CCS de cafeicultura, o Território “do ponto de vista do debate é interessante, porque ele chama todos os atores para discutir as ações que devem ser desenvolvidas, isso gera riquezas para a região”, ou seja, interessa a participação de uma atividade social, política do debate. Por fim, faz referência à geração de uma inovação apropriada para a região, e acrescenta: “Intercâmbio, a troca de experiências, e a gente acaba conhecido”. Essas novas realidades, novas situações um pouco diferentes da realidade de cada município horizontalizam “a visão de uma conquista, novas realidades ou possibilidades de viver no Jequitinhonha compartilhadas territorialidades”. Dessa forma, o efeito da inovação social não é apenas local (escala), mesmo sendo resultado da criatividade de atores locais. A inovação social tem um efeito sobre o ambiente institucional no Território em todos os níveis: produtivo, tecnológico, político e na coexistência no local, regional, nacional e supranacional.

As estruturas sociais são resultado de uma ação social, assim mudanças possibilitam uma descrição da política territorial nesta formação social específica do Alto Jequitinhonha como uma coconstrução de origem do governo Federal, mas com participação de outras instancias do Estado no local, em especial as prefeituras e com envolvimento dos movimentos sociais; além de uma coprodução com a participação dos mesmos atores do Estado e da sociedade civil. A apropriação dos CCS para a política pública de desenvolvimento territorial se dá nesta possibilidade de ação de coconstrução e coprodução participativa que pode significar novas relações sociais, mudanças de territorialidades para um bem estar inclusivo, de uma possível formação social do Alto Jequitinhonha. Logo,

Se considerarmos o mundo como o conjunto de possibilidades, o evento é um veículo de uma ou alguma dessas possibilidades existentes no mundo. Mas o evento também pode ser o vetor das possibilidades existentes numa formação social, isto é, num país, ou numa região, ou num lugar, considerados esse país, essa região, esse lugar como um conjunto circunscrito e mais limitado que o mundo. (SANTOS, 2009, p. 115).

Portanto, os círculos de cooperação social, uma escala que também é um evento, uma abstração de outro território da cidadania do Alto Jequitinhonha, se definem dentro da política como uma nova institucionalidade e que visa a atender ao projeto da política com um bem comum, o objetivo maior da policy-making, mas que está em um sistema-mundo articulado a diversas realidades que também se associam. A política pública se associa a estruturas reais sensíveis a mudanças, possibilidades de readequações ou redefinições de formação social, como o empoderamento - atendimento das necessidades básicas e novas relações sociais e solidárias, como mercado, uma inovação socioespacial.

## REFERÊNCIAS

BRENNER, N. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. Geosp: espaço e tempo, São Paulo, n. 33, p. 198-220, 2013.

MOULAERT, F.; NUSSBAUMER, J. La logique sociale du développement territorial. Québec: Presse De L'Université Du Québec, 2008. 153 p.

DI MEO, G.; BULEON, P. (Dir.). L'espace social. Lecture géographique des sociétés. Paris: Armand Colin, 2005. 304 p.2013.

PERICO, R. E.; MIRANDA, C.; TIBURCIO, B (Org.). Políticas de desenvolvimento rural territorial: desafios para a construção de um marco jurídico-normativo. Brasília: IICA, v. 13, 2011. 242 p.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008. 173 p.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008. 471 p.

POLANIY, K. A grande transformação. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

LACOSTE, Y. **A geografia** – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 4. ed. Campinas: Papius, 1997.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 128 p.

FONTAN, J. M.; KLEIN, J. L. ; TREMBLAY, D. G. Innovation et société: pour élargir l'analyse des effets territoriaux de l'innovation. Géographie Économie Société, v. 6, p. 115-128, 2004.

FONTAN, J. M.; KLEIN, J. L. ; TREMBLAY, D. G. Social innovation at the territorial level: from path-dependency to path-building. In: Drewe, P.; KLEIN J.-L.; HULSBERGEN, E. (Dir.). The challenge of social innovation in urban revitalization. Amsterdam: Techne Press, 2008. p. 17-27.

FONTAN, J. M.; KLEIN, J. L.; TREMBLAY, D.-G. Des districts industriels au développement par l'initiative locale. In: CARY, P.; JOYAL, A. (Dir.). Penser les Territoires: en Hommage à Georges Benko. Quebec: Presses de l'Université du Québec, 2010. p. 156-171.

FONTAN, J. M. Développement territorial et Innovation Sociale. In: BELLEMARE, G.; KLEIN, J. L. (Dir.). Innovation sociale et territoire: convergences théoriques et pratiques. Québec: Presses de l' université du Québec, 2011. p. 25-52.

FONTAN, J. M.; KLEIN, J. L.; CHAMPAGNE, C. Les initiatives locales et l' évaluation habilitante. In: ROBITAILLE, M.; PROULX, M. U. Sciences du territoire défis méthodologiques. Québec: Presses de L'Université du Québec, 2014. p. 216-247.

KLEIN, Juan Luis; LAVILLE, Jean Louis; MOULAERT, Frank. **L'innovation sociale**. Toulouse: Érès, 2014. 246 p.

SANTOS, M. A natureza do espaço técnico, tempo razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2009. 377 p.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Análise Econômico-financeira 83  
Aprendizagem Organizacional 88, 89, 136, 361  
Atividade Física 43, 44, 46, 47, 48, 51  
Auditoria 83, 84, 86, 190

### C

Capacidade Absortiva 7, 88, 89, 90, 91, 93, 95  
Cerâmica 7, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 157  
Compartilhamento 27, 29, 30, 31, 38, 39, 41, 42, 92, 116, 122, 177, 326, 334, 344, 360  
Comunidade de Aprendizagem 111, 362  
Conhecimento 6, 7, 9, 10, 2, 5, 6, 7, 9, 10, 14, 16, 17, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 55, 58, 62, 63, 64, 65, 73, 74, 82, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 98, 113, 115, 116, 126, 127, 130, 132, 135, 136, 138, 140, 141, 149, 160, 161, 168, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 192, 201, 205, 206, 208, 210, 216, 219, 223, 235, 248, 265, 274, 276, 277, 278, 279, 292, 293, 295, 297, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 316, 317, 321, 323, 333, 335, 336, 338, 340, 342, 343, 344, 346, 349, 360, 361, 362, 363, 367, 368, 369, 371, 388, 390, 394, 405, 406, 407, 411, 414, 416, 418  
Contabilidade Pública 83  
Cooperação 7, 47, 93, 114, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 169, 170, 172, 180, 228, 229, 280, 361, 397, 398

### D

Desastres Climáticos 7, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 108, 109  
Desconsideração 6, 20, 21, 22, 23, 24, 25  
Desenvolvimento Econômico 5, 7, 25, 30, 124, 136, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 239, 241, 280, 360  
Desenvolvimento Social 75, 140, 141, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 194, 202, 348, 357  
Direito empresarial 6, 20

### E

Educação Intercultural 1, 13, 14  
Ensino Prisional 53, 55  
Estado 6, 8, 1, 31, 32, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 58, 61, 67, 75, 81, 103, 105, 110, 113, 114, 117, 120, 122, 130, 132, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149,

150, 151, 153, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 183, 188, 189, 204, 206, 207, 208, 209, 222, 224, 230, 231, 235, 246, 247, 251, 252, 257, 263, 274, 316, 320, 326, 336, 348, 349, 351, 358, 371, 415

etnoReconhecimento 1, 2, 3, 17, 18

Extensão Acadêmica 111

## **G**

Gestão 6, 8, 3, 5, 27, 28, 29, 30, 36, 37, 40, 41, 88, 89, 93, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 130, 138, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 160, 161, 162, 174, 175, 177, 187, 188, 190, 191, 198, 199, 200, 201, 202, 219, 223, 226, 228, 229, 230, 231, 236, 237, 238, 241, 242, 243, 281, 282, 295, 352, 357, 370, 388, 395, 397, 405, 416, 418

Gestão do conhecimento 6, 27, 29, 36, 40, 88, 174, 177

Guerreiro Ramos 6, 68, 69, 70, 71, 74, 76, 80

## **I**

Inovação 7, 27, 29, 36, 38, 39, 41, 75, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 152, 153, 155, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 177, 180, 181, 184, 269, 359, 360, 361, 364, 371, 375

Inteligência 6, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 52, 271, 272, 339, 340, 377

## **J**

Justiça do trabalho 20, 21, 22, 24, 25

## **K**

Karl Mannheim 68, 69, 70, 71, 81, 82

## **L**

Liderança 7, 47, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 131, 156, 157, 165, 170, 171, 182, 280, 362

## **M**

Municípios Paranaenses 7, 100, 102, 104

Museus 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 313, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 329, 330, 331

## **P**

Personalidade Jurídica 6, 20, 21, 22, 23, 24, 25

Pesquisa Aplicada 124, 125, 133



Pesquisa Básica 124, 125, 131

Planificação 6, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 116

Policial Militar 43, 45, 47, 48, 49

Prática Estratégica 53, 59, 61, 67

Projeto de Arte 111

Projeto de Remição pela Leitura 53, 57, 58, 60, 63

Psicologia Militar 43, 46

## **R**

Reforma Trabalhista 6, 20, 21, 24, 25

Resiliência Financeira 7, 100, 101, 102, 104, 105, 108

Revisão sistemática 7, 88, 92, 95

## **S**

Saúde do Trabalho 43

Segurança Pública 5, 6, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 49

Suicídio 43, 47, 49, 50, 51, 52

# Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas

 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

 **Atena**  
Editora  
Ano 2021

# Da Teoria à Prática em Pesquisas nas Ciências Sociais Aplicadas



 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
 [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)  
 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
Ano 2021